STJ00103361

Marcelo Abelha Rodrigues

PROCESSO CIVIL AMBIENTAL

4.ª edição
Revista, atualizada
e ampliada

CONFORME NOVO CPC

2016

EDITORA JUSPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00103361

EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050
• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Marcelo S. Brandão *(santibrando@gmail.com)*

• A Editora *JusPODIVM* passou a publicar esta obra a partir da 4.ª edição.

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

0719.53

STJ00103361

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A EVOLUÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA DO DIREITO AMBIENTAL NO PAÍS 23

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO ... 31

1. Introito 31

2. Princípio da ubiquidade 32

3. Princípio do desenvolvimento sustentável 32

4. Princípio do poluidor-usuário pagador (PUP) 36

4.1 Premissas para compreensão do PUP 36

4.2 Subprincípios de concretização do PUP 40

4.2.1 Aspectos gerais 40

4.2.2 A prevenção 41

4.2.3 Precaução 42

4.2.4 Responsabilização civil, penal e administrativa 43

4.2.5 Função sócio ambiental da propriedade privada 44

4.2.6 Usuário pagador 45

5. Princípio da participação 46

CAPÍTULO 3

CONCEITOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL 49

1. Ecologia e o direito ambiental: conceitos fundamentais .. 50

1.1 Introdução 50

1.2 Meio ambiente 50

1.3 Compreensão de conceitos fundamentais de ecologia para a perfeita identificação do direito fundamental ao equilíbrio ecológico 52

1.3.1 Conceito e origens 52

1.3.2 Os fatores espaciais e temporais e os níveis organizacionais de estudo da ecologia 53

1.3.3 Os diferentes níveis organizacionais dos componentes bióticos e do fator espacial .. 55

1.3.4 Outros termos e expressões das ciências ecológicas tratados na legislação ambiental brasileira 57

2. O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado 59

3. Os componentes (recursos) ambientais como conteúdo do *equilíbrio ecológico* 62

4. O bem ambiental (equilíbrio ecológico - com seus componentes) e suas características (titularidade, indivisibilidade, regime jurídico de uso comum, reflexibilidade e instabilidade) 67

5. O conceito de poluidor 73

6. O conceito de poluição 76

6.1 Poluição e meio ambiente 76

6.2 Poluição e efeitos da poluição 77

6.3 Poluição sob a perspectiva da antijuridicidade ambiental 78

CAPÍTULO 4

O NOVO PAPEL DO ESTADO FRENTE AOS BENS AMBIENTAIS - UM NOVO REGIME JURÍDICO 83

CAPÍTULO 5

PROCESSO CIVIL E A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO ... 91

1. Estado Democrático de Direito e o processo como método (democrático) de sua atuação 91

2. Processo e realização dos direitos fundamentais 98

3. A unidade e inteireza do direito objetivo como valor fundamental do Estado brasileiro e o papel da tutela jurisdicional: a segurança, isonomia, confiança e tempestividade da tutela pela valorização dos precedentes das cortes de cúpula 100

4. Os conflitos de massa e a tutela jurídica 105

4.1 Sociedade de massa, homem-massa, conflitos de massa 105

4.2 Interesses coletivos lato sensu: o equilíbrio ecológico visto como bem difuso 108

5. Conflitos de interesses e técnica processual 115

5.1 As crises jurídicas 115

5.2 Crises jurídicas ambientais 118

5.2.1 Os litígios ambientais: maior incidência dos deveres ambientais 118

5.2.2 Os deveres ambientais e a tutela mais coincidente possível com a regra de direito material 120

5.2.3 A impossibilidade da maior coincidência possível e a reparação específica 121

5.2.4 As técnicas processuais para obtenção da tutela específica e da reparação in natura 122

STJ00103361

CAPÍTULO 6

O DIREITO AO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO E SEUS REFLEXOS NOS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL 129

1. O novo CPC e o meio ambiente 130

2. Razões sociais e jurídicas que justificaram o NCPC . 131

3. Direito de ação e meio ambiente 138

3.1 Princípio do acesso à justiça e tutela do meio ambiente 138

3.2 Ação popular ambiental 145

3.2.1 Origens 145

3.2.2 Requisitos fundamentais 146

3.2.3 A legitimidade ativa e passiva na ação popular 148

3.2.4 A posição do Ministério Público 149

3.2.5 Pedido na ação popular 150

3.2.6 Coisa julgada *secundum eventum probationis* 151

3.2.7 Ação popular e tutela ambiental 151

3.3 Ação civil pública ambiental 153

4. Solução consensual dos conflitos ambientais: termos de compromisso ambiental e compromisso de ajustamento de conduta à ordem jurídica ambiental 154

5. Legitimidade para agir e tutela do equilíbrio ecológico 159

6. Elementos da demanda ambiental 172

6.1 Partes 173

6.2 Pedido e causa de pedir 177

6.3 Competência, conexão, continência e litispendência nas lides ambientais 183

6.3.1 Introito 183

6.3.2 O local do dano 184

6.3.3 A modificação da competência 192

6.4. Tutela de urgência nas demandas ambientais ... 196

6.4.1 Introito 196

6.4.2 Aspectos gerais 198

6.4.3 O fenômeno da urgência 200

6.4.4 A fungibilidade e a temporariedade das tutelas de urgência prestadas mediante antecipação do provimento judicial 203

6.4.5 Temporariedade 204

6.4.6 Fungibilidade 207

6.4.7 A probabilidade do direito nas tutelas de urgência mediante adiantamento do provimento jurisdicional 208

6.4.8 Estabilidade da medida de urgência 210

6.4.9 Tutela de urgência cautelar e a tutela de urgência antecipatória 217

6.4.10 Momento de concessão da tutela urgente 219

6.4.11 A tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente 220

6.4.12 A tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente 223

6.4.13 Técnicas mandamentais e executivas *lato sensu* e tutela ambiental 224

6.5 Direito probatório e meio ambiente 226

6.5.1 Introito 226

6.5.2 O ônus da prova: regras de distribuição .. 230

6.5.3 Meios de prova e meio ambiente 248

6.5.4 O problema da insuficiência da prova nas lides ambientais 252

6.6 Liquidação do dano ambiental 266

6.6.1 A importância da dimensão subjetiva e objetiva na liquidação do dano ambiental 266

6.6.2 A reparação integral e a delimitação do marco temporal e espacial do dano ambiental 267

6.6.3 Dano ambiental (coletivo) e danos individuais reflexos 268

6.6.4 Efeitos do dano ambiental 271

6.6.5 O procedimento liquidatório 274

6.7 Efetivação dos provimentos ambientais 276

6.7.1 Considerações iniciais 276

6.7.2 Norma jurídica concreta ambiental 277

6.7.3 Efetivação dos títulos executivos extrajudiciais 277

6.7.4 Termo de ajuste de conduta e obrigações de fazer ilíquidas 277

6.7.5 Cumulação de obrigações contidas no título e execução 278

6.7.6 A multa nos termos de ajustamento de conduta 279

STJ00103361

6.7.7 Execução de obrigação de não fazer contida em título extrajudicial 279

6.7.8 Execução de título extrajudicial e tutela de urgência 280

6.7.9 Execução de títulos executivos judiciais .. 280

6.8 Responsabilidade patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica 282

6.8.1 Considerações preliminares 282

6.9 Coisa julgada e meio ambiente 286

6.9.1 Características do meio ambiente 286

6.9.2 Os reflexos na coisa julgada ambiental 288

Bibliografia **295**